

ORÇAMENTO PÚBLICO

AJUDE A FAZER, AJUDE A FISCALIZAR.



APRESENTAÇÃO

Políticas públicas podem ser singelamente traduzidas como as ações governamentais voltadas ao atendimento das principais necessidades e demandas da sociedade. Para implementá-las, os governantes destinam uma parcela dos recursos arrecadados dos cidadãos para a construção de escolas, de hospitais, para o pagamento de professores, de médicos e de policiais, apenas para dar alguns exemplos. A análise desses investimentos feitos pelo poder público, se estão trazendo bons resultados e se estão sendo aplicados corretamente, é realizada pelos Tribunais de Contas brasileiros.

Tendo em vista esse compromisso comum compartilhado pelos Tribunais de Contas (TCs) quanto à fiscalização dos recursos públicos investidos e quanto ao impacto dessas ações nos serviços ofertados à população, essas entidades estão promovendo ações conjuntas, por meio do Instituto Rui Barbosa (IRB).

Nesse sentido, os TCs têm estimulado e apoiado o controle exercido individualmente pelos cidadãos ou através de organizações sociais, entidades associativas e outros coletivos. Assim, ao ensejo da Campanha da Fraternidade (CF) 2019, que traz como temática as políticas públicas, oferecemos esta modesta publicação ao controle social.

COMO OS ORÇAMENTOS SE COMUNICAM COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS?

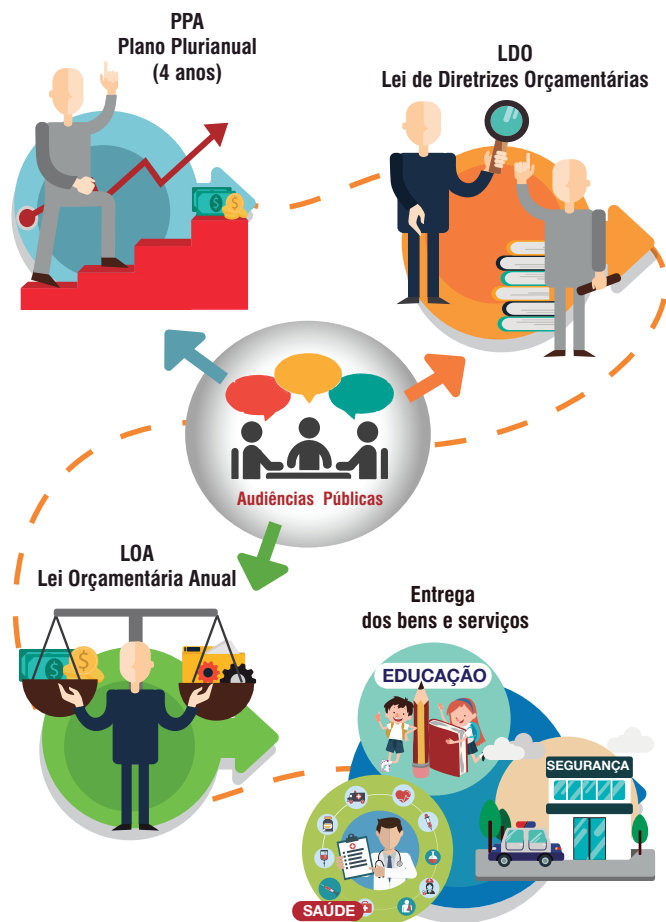
O governo necessita de um planejamento para gerenciar o modo como arrecada e gasta o dinheiro. Esses recursos vêm de uma parcela do que ganhamos e repassamos para o governo em forma de impostos indiretos, isto é, que estão embutidos no preço das mercadorias e das tarifas de serviços públicos, além do imposto de renda e do IPTU.

Para que esse dinheiro resulte em obras e serviços para população (como saúde, educação e segurança), a Constituição Federal exige um planejamento, que é concretizado por meio das leis orçamentárias. É assim que o cidadão fica sabendo quais os objetivos e metas do governo, e de que forma os tributos arrecadados auxiliam nessas conquistas.

COMO OS ORÇAMENTOS SÃO DEFINIDOS?

O orçamento público se transforma em lei após passar por um processo de ampla negociação, em que os governos federal, estadual e municipal deixam claro para os cidadãos como pretendem gastar a curto e médio prazo os recursos arrecadados com impostos, contribuições sociais e outras fontes de receita. A elaboração do orçamento público se dá em três momentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

FLUXO DAS DESPESAS PÚBLICAS



• **Lembre-se: todos os serviços e obras só podem ser realizados se estiverem previstos no orçamento.**

Fontes de consulta da execução orçamentária:

União:

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

Estados:

Sites das secretarias da Fazenda ou portais da transparência do Executivo, bem como dos Tribunais de Contas.

Municípios:

Sites das prefeituras ou portais da transparência, bem como dos Tribunais de Contas.

COMO VOCÊ PODE AUXILIAR NAS ESCOLHAS?

Para participar da definição dos investimentos prioritários para o seu Município, DF, Estado e União, você pode procurar os vereadores, deputados e senadores e sugerir iniciativas que possam beneficiar a sua cidade ou região.

Os governantes devem incentivar a participação popular na discussão dos planos e orçamentos durante as audiências públicas. Consulte na sua cidade os locais e as datas dessas reuniões. Além disso, você pode verificar os gastos dos governos nos portais de transparência.

Com o objetivo de facilitar essa colaboração, o site da Câmara dos Deputados disponibiliza um espaço para o cidadão participar das discussões e apresentar sugestões, o portal e-democracia. Basta acessar <http://edemocracia.camara.gov.br>, se cadastrar e encaminhar as sugestões.

Links úteis:

CGU: <http://www.cgu.gov.br>

CNJ: <http://www.cnj.jus.br>

CNMP: <http://www.cnmp.mp.br>

Atricon: <http://www.atricon.org.br>

IRB: <https://www.irbcontas.org.br>

Fonte: Cartilha Entenda os Orçamentos da Câmara dos Deputados.

Contatos e informações:

Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa
comiteeducacaoirb@gmail.com

PRODUÇÃO:



EM COLABORAÇÃO ÀS AÇÕES DA
CAMPANHA DA FRATERNIDADE - CNBB



APOIO:



Projeto e diagramação - Márcia Vecchio